



Construindo o Jornalismo Político: Uma Discussão Sobre Imparcialidade e Verdade¹

José Tarcísio da Silva OLIVEIRA FILHO²
AVM Faculdade Integrada, Brasília, DF

RESUMO

A busca pela imparcialidade sempre foi motivo de discussões, muitas vezes polêmicas, no estudo da comunicação. Vista por muitos pesquisadores como um mito, é um conceito que deve ser lembrado ao se construir uma notícia. Neste artigo vamos discutir essa teoria, abordar a necessidade de buscar a verdade no jornalismo político e também as consequências diante de falhas, através do direito de resposta. Dar a voz para todos os agentes envolvidos e citados na reportagem é uma maneira de evitar processos judiciais e, principalmente, de levar ao leitor uma visão mais completa do fato. Apesar de esta conduta estar contida no Código de Ética dos Jornalistas, elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas, alguns veículos ainda ignoram partes fundamentais da notícia. Neste trabalho também vamos analisar publicações da editoria de política.

PALAVRAS-CHAVE: imparcialidade, verdade, jornalismo político, código de ética.

1.0 INTRODUÇÃO

Saber lidar com a notícia é um dever de qualquer comunicador. As consequências e a preocupação com os efeitos ocasionados por qualquer equívoco publicado pela imprensa, são objetos de pensamento e estudo históricos. Antes mesmo de se tornar independente, o Brasil já tinha leis destinadas a regular o trabalho daqueles que tornavam pública a informação.

No início do século XIX, os impressos anônimos foram proibidos. Em casos de abusos em relação a divulgação de notícias, os autores e editores poderiam ser responsabilizados. Leyser (1999) relata que na década de 20, eram punidos os atos de incitação ao anarquismo, os atentados à honra alheia, a publicação de segredos do Estado e de matéria que violasse a segurança pública, de ofensa a nação estrangeira, de ofensas à moral e aos bons costumes.

Ao longo das décadas, foram criados vários mecanismos para regular o trabalho da imprensa. Seja no Brasil império, república ou mesmo na ditadura, através da criação da Lei da Imprensa em 1967, o conteúdo que estampa as folhas dos jornais sempre foi

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho de 2013.

² Pós Graduado do Curso de Jornalismo Político da AVM Faculdade Integradas, e-mail: jtarcisiofilho@gmail.com.



visto com olhos apreensivos por aqueles que se tornam personagens da notícia, principalmente com as garantias provenientes da liberdade de expressão e a proibição à censura.

O crescimento e a solidificação das assessorias de imprensa no final do século XX são apenas alguns exemplos dessa preocupação.

A boa atuação de uma assessoria aumenta a visibilidade pública da organização, a qualidade de informação que circula na sociedade e pode trazer efeitos mercadológicos e políticos predeterminados. Por perceber isso é que, cada vez mais, instituições têm interesse em divulgar suas atividades e políticas por meio dos meios de comunicação, buscando influenciar a opinião pública. (DUARTE, 2003, p.90)

Além dos olhos atentos das assessorias, atualmente os limites do fazer jornalismo são norteados pelos princípios da Constituição Federal, principalmente no que diz ao respeito à honra das pessoas e instituições. Mas mesmo com o respaldo da legislação e a facilidade de solicitar o já popularizado direito de resposta, ainda é frequente perceber que a imparcialidade, que deveria nortear o trabalho midiático, ainda é muito relativa. E muitas vezes, a busca por ela é questionável, principalmente por veículos que assumem uma posição política.

Damaceno (2007) relata que muitos autores têm a mesma compreensão acerca do mito da imparcialidade, embora uns mais tímidos que outros. Também defende que o conhecimento adquirido por uma pessoa a ajuda no desdobramento de uma situação, de forma que aperfeiçoe o trabalho e ajude a desenvolver uma visão mais crítica sobre o assunto.

Essa constatação pode ser vista como uma facilidade do jornalista experiente em saber analisar possíveis brechas e conseguir levar ao espectador assuntos que sejam interessantes e com uma visão diferente. É um exemplo de que o trabalho jornalístico não precisa ser engessado e deve-se primar pela inovação e contribuição para a sociedade. Porém, uma boa pauta nunca deve descartar o outro lado, seja ele qual for.

Para Medina (1988) a missão do repórter é captar a realidade com a maior amplitude e precisão possíveis e narrá-la com fidelidade, de tal forma que o leitor receba a mais cabal informação sobre o fato. Portanto, ouvir todas as pessoas envolvidas é fundamental para que o espectador possa ter o conhecimento pleno sobre determinado assunto e assim formar sua própria opinião.

O objetivo deste trabalho é discutir como os veículos de comunicação fazem essa mediação entre os diferentes lados da notícia na editoria de política.



2.0 O CÓDIGO DE ÉTICA

Essa discussão foi motivada pela aparente desigualdade no tratamento das informações por alguns veículos de comunicação. Ainda é frequente em determinados jornais a ausência do outro lado ou a desproporcionalidade em relação ao conteúdo publicado. Um ato que fere até mesmo o código de ética do jornalista.

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), através do Código de Ética dos Jornalistas de 2007, regula atitudes que podem comprometer o jornalismo de qualidade. O segundo artigo descreve que o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse. Assim, a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política.

Podemos considerar como correta, a informação completa. Isto é, aquela em que todos os agentes envolvidos apresentam a sua versão. O próprio Código de Ética ainda relata:

“Ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas”
(Art. 12, parágrafo I do Código De Ética dos Jornalistas, FENAJ, 2007)

Assim, conclui-se que a notícia precisa ser tratada com responsabilidade. No caso do jornalismo político, emitir opinião ou deixar de ouvir todos os lados, podem causar transtornos para as pessoas e instituições citadas e até mesmo para o próprio jornalista.

Sem contar que assumindo essa falha, também estará ausentando ao leitor o subsídio informativo para formar a sua opinião. É indiscutível a necessidade do espectador conhecer os vários lados da história, caso isso seja negado, estará sendo censurado pelo próprio veículo. Entregar a opinião formada para quem busca se informar, pode ser considerado antiético e também um limitador de horizontes.

3.0 O DIREITO DE RESPOSTA

Publicar informações inverídicas, não consultar o acusado ou mesmo denegrir a imagem de uma pessoa com difamações podem ser passíveis de processos jurídicos. O mais comum instrumento para compensar os danos informativos, é o direito de resposta. Muitas redações ao constatarem e assumirem a falha, acabam concedendo espaço, de



forma voluntária, a erratas. Mas em caso de falta de acordo entre as partes, a pessoa que se sentiu prejudicada pode solicitar na justiça o direito.

Hoje, a imprensa tem liberdade de expressão. Porém, casos de ofensa sem direito à defesa são passíveis de punições. Essa imposição foi regulada com maior ênfase durante o Brasil República, na década de 20, com a implantação da Lei da Imprensa.

Puniam-se os atos de incitação ao anarquismo, os atentados à honra alheia, a publicação de segredos do Estado e de matéria que violasse a segurança pública, de ofensa a nação estrangeira, de ofensas à moral e aos bons costumes, de anúncios de medicamentos não aprovados pela Saúde Pública, de escritos visando à chantagem. Instituiu-se o direito de resposta e reformou-se o processo dos delitos de imprensa. (LEYSER, 1999, p.4)

É importante registrar que nessa época foi instituído direito de resposta. Em 1967, durante o período militar, foi criada outra versão da Lei de Imprensa. Ela restringiu a liberdade de expressão e criou mecanismos para punir os jornalistas. Também regulou o que o trabalho da mídia por 42 anos.

O artigo 29 dizia que toda pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade pública, que for acusado ou ofendido em publicação feita em jornal ou periódico, ou em transmissão de radiodifusão, ou a cujo respeito os meios de informação e divulgação veicularem fato inverídico ou errôneo, tem direito a resposta ou retificação.

Em 2009, o Supremo Tribunal Federal extinguiu a lei, já que seu conteúdo era considerado ultrapassado. Assim, o direito de resposta passou a ser regulado pela própria Constituição Federal. O quinto artigo, inciso V, da carta magna ressalta diz que “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”.

Portanto, caso comprove que tenha o direito, a pessoa física ou jurídica terá o mesmo espaço, com as mesmas fontes das letras e posição no impresso para se defender. Essa atitude é bastante visível em períodos eleitorais.

O direito de resposta é uma garantia constitucional que configura um meio de compensar o desequilíbrio natural entre o órgão de imprensa e o cidadão, sendo, pois, um meio de defesa que assegura a proporcionalidade entre a ofensa veiculada pela imprensa e a réplica do ofendido, visando neutralizar as consequências danosas que resultam do exercício abusivo da liberdade de expressão. (BONISSONI, 2011, p.85)

O direito de resposta é uma forma de compensar os abusos diante da liberdade imprensa. Bonisconi (2011) destaca que “a liberdade de imprensa é um exercício de suma importância em uma sociedade que defende a democracia como um dos seus fundamentos, exercendo grande influência na formação da opinião pública. Entretanto,



esse exercício precisa se constituir de forma responsável, respeitando o princípio da dignidade da pessoa humana”.

Assim, pode-se afirmar que esse direito atua como uma forma de equilibrar a diferença de poder entre a imprensa e a pessoa que se torna alvo do que é divulgado. É também, uma forma dos redatores se atentarem a importância de publicar apenas informações verdadeiras e dê direito de pronunciamento a todos os envolvidos em uma notícia.

4.0 ANÁLISES: A TEORIA NA PRÁTICA

Considerando os princípios da imparcialidade, verdade e o recurso do direito da reposta discutidos anteriormente, neste capítulo vamos analisar como diferentes veículos utilizam e se são fiéis a esses conceitos na publicação de notícias.

Para essa pesquisa vamos utilizar quatro veículos: Jornal O Globo, representando um impresso de circulação nacional; o capixaba A Gazeta, como regional e local; site Universo Online (UOL), cuja plataforma é virtual; e a revista semanal Veja, a de maior tiragem no Brasil. Todas as análises foram feitas em reportagens da editoria de política e em edições publicadas no mês de março de 2013.

4.1 Editoria de Política do Jornal O Globo

O Jornal O Globo é de propriedade da família Marinho, que também detém os direitos das organizações Globo. Ele foi fundado em 1925 e possui sede no Rio de Janeiro. É um impresso de porte nacional e esteve presente em momentos importantes da história política brasileira. Em alguns deles, chegou a tomar posições políticas. Um exemplo foi durante a ditadura militar, na qual apoiou o regime.

Entre outros setores, principalmente empresariais, a imprensa de maior prestígio e circulação foi um dos suportes estratégicos do movimento que derrubou o regime constitucional. A maioria dos proprietários de jornal encampava as ideias do liberalismo econômico e se identificava com o ideário da UDN, o partido que, junto com os militares, conspirou para a deposição do presidente João Goulart. Udenista era a família Mesquita, proprietária de O Estado de S. Paulo, assim como Roberto Marinho, dono de O Globo. (ABREU, 2002, p.13)

Atualmente, constata-se que O Globo adota uma posição mais neutra em relação a assuntos políticos. Mas em algumas reportagens, ainda comete deslizes que podem favorecer determinado grupo.

Em uma matéria publicada no dia 22 de março de 2013, o impresso conta que Eduardo Campos, presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro (PTB) e



governador do Estado de Pernambuco, é visto como um forte candidato a presidência da república pelos petistas, mas não cita a fonte das informações. Também não ouviu a presidente do Partido dos Trabalhadores para confirmar essa declaração e até mesmo fornecer mais informações caso a candidatura realmente seja viabilizada.

No mesmo dia, outra matéria destacou que a justiça confiscou os bens da quadrilha de Carlinhos Cachoeira. Apesar das informações serem concedidas pelo Ministério Público, percebe-se um certo comodismo em não ouvir as pessoas envolvidas. Foram citados vários nomes de réus, mas nenhum foi procurado. Ao menos a posição dos advogados – em relação a conduta que seria tomada diante da decisão judicial – deveria constar no texto. É uma forma de ter uma informação completa.

Há também casos de desproporcionalidade de espaço concedido em relação a divulgação de posições políticas. Na edição de número 29.082 a notícia sobre a desoneração das empresas de telecomunicação travou um embate entre grupos a favor e contra a prática econômica. Aparentemente um assunto simples, também se mostrou complexo ao assumir que se trata de uma discussão acerca da ideologia história do Partido dos Trabalhadores, contra o favorecimento de empresas privadas.

Foram ouvidos ministros e especialistas. O balanço final foram cinco fontes a favor da desoneração e apenas duas contra. Considerando que o próprio título da matéria “Desoneração das teles divide PT, e especialistas defendem o Governo” deduz uma clara divisão, conclui-se que na própria reportagem não houve equivalência entre essas forças, deixando uma minoria de entrevistados para defender a contrariedade à desoneração.

No jornal O Globo do dia 23 de março, uma reportagem aborda que o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu inquérito contra o líder do Governo no Senado, o senador Eduardo Braga (PMDB). Entre as informações divulgadas estão o que motivou a investigação e os dados que comprovariam abusos de gastos. Apesar do peso da acusação, não houve espaço para o próprio senador se pronunciar. O jornalista sequer citou que chegou a procurar a assessoria de Braga.

Neste caso, é imprescindível ouvir os envolvidos, principalmente pelo fato que a acusação está sob investigação. Os fatos podem não se confirmar, assim, é preciso que todas as versões sejam relatadas de forma que o leitor não forme a opinião apenas diante de uma visão. Na hipótese do próprio réu não querer se pronunciar, é necessário deixar essa atitude clara na matéria. O próprio impresso chegou a tomar essa conduta em outras oportunidades.



Na edição do dia 21 de março, por exemplo, na reportagem intitulada “Pastor liga governo a Satanás, mas pede ajuda para conter petistas” são comentados os vídeos divulgados na internet, na qual o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Marco Feliciano, apresenta comportamentos incompatíveis com o cargo que foi eleito. Diante das críticas de opositores, a equipe do jornal procurou o deputado, porém ele não quis se pronunciar. Essa situação ficou clara na matéria. É uma forma de o leitor perceber que houve esforços para ouvi-lo. Assim, diminui o sentimento de tendenciosidade por parte da linha editorial.

A mesma conduta foi vista na matéria em que Carlos Araújo – ex-deputado e ex-marido da presidente Dilma Rousseff – relata à Comissão da Verdade que empresários assistiam a torturas na época da ditadura militar. A reportagem procurou o presidente da Comissão, que preferiu não comentar o assunto, e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), cujos membros da década de 70 e 80 foram acusados de terem presenciado as torturas. Também preferiram não se manifestar.

Através da análise de O Globo, abrimos um parentes para comentar uma situação comum em muitos jornais em relação aos quadros de entrevistas. Como se trata de um espaço onde uma pessoa certa relevância social dá sua opinião sobre diferentes assuntos, é esperado que sejam divulgadas polêmicas. No caso da Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, em uma entrevista concedida no dia 22 de março, chegou a afirmar que a renúncia do presidente da Comissão de Direitos Humanos, Marco Feliciano, seria necessária para evitar o desgaste da imagem das instituições governamentais. Mas ele não foi procurado.

Os jornais e revistas poderiam estudar uma forma de ouvir as pessoas citadas nesses tipos de entrevistas. Muitas vezes aquilo que é publicado no impresso – caso seja considerado de teor ofensivo – só é resolvido perante juízo, com pagamento de indenização ao autor dos depoimentos. Como se trata de entrevista, raramente o veículo é penalizado pelo conteúdo descrito. Considerando o compromisso com a verdade, os jornalistas poderiam adiantar a outra versão, e deixar o contexto mais claro para o leitor.

4.2 Caderno de Política do Jornal A Gazeta

O Jornal A Gazeta é o mais antigo em circulação no Espírito Santo, foi fundado em 1928. Ele pertence a Rede Gazeta, grupo de propriedade da família Lindemberg. Atualmente faz cobertura em todo o Estado do Espírito Santo. Apesar de a sede ser em Vitória, o impresso possui jornalistas em sucursais nas regiões norte e sul capixaba.



O jornal diário segue um manual de ética que é distribuído para todos os jornalistas da empresa. Nele, além de regular a conduta do profissional, também descreve com rigor a orientação para um trabalho isento de opinião e a necessidade de ouvir todos os envolvidos na notícia. O impresso não se declara adepto à alguma posição política. Apesar da preocupação, ainda percebemos algumas falhas que podem prevalecer ou prejudicar determinado agente político.

Na reportagem publicada na edição do dia 13 de março de 2013, relata que o ex-prefeito de Vila Velha, Neucimar Fraga, foi condenado pelo Tribunal de Contas do Estado a pagar uma multa por não repassar dados para o MEC – informações referentes à prestação de contas de verbas do Governo Federal.

Na mesma reportagem também cita que o ex-presidente da Câmara de outra cidade capixaba – Iconha – foi condenado a devolver um adicional recebido pelo cargo, já que em conjunto com o salário, ficou acima do teto estabelecido pela Constituição. Apesar das acusações, a reportagem não procurou nenhum dos réus envolvidos. Mesmo sendo uma informação embasada pela Tribunal de Contas, era importante ouvi-los, já que a decisão ainda cabe recurso.

No mesmo dia outra matéria mostrou um longo relato do ex-governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, sobre um pedido do Ministério Público para bloquear os bens dele e de ex-secretários de Estado envolvidos na construção de um posto fiscal em 2003, cujas obras foram abandonadas.

Uma página inteira foi dedicada a explicações do ex-governador, onde alegou perseguição política e reclamou do promotor do caso. Este, porém, não foi procurado para se defender. Em outra página, ex-secretários também demonstram o sentimento de injustiça perante as acusações feitas pelo Ministério Público. Apesar das opiniões, mais uma vez o órgão não foi ouvido.

Outra notícia, publicada no dia 19 de março, mostra que a deputada estadual Solange Lube foi acusada pelo Ministério Público por omitir R\$ 80 mil na prestação de contas das eleições de 2010. A reportagem detalha a origem das denúncias e cita os acusados.

A deputada – principal réu do caso - chega a ser procurada pela equipe, mas a assessoria diz que ela só vai se pronunciar após a notificação. Um fato que chama a atenção, é que outras três pessoas também foram denunciadas, como coordenador de campanha, contador e um responsável de fechar parcerias. Porém, apesar de citar o nome de cada um deles e dedicar um parágrafo para falar qual a acusação que cabe sob



cada um, o jornal não os procurou. Uma situação que pode gerar posterior pedido de resposta, principalmente por se tratar de um pedido do Ministério Público que ainda não foi acatado pela Justiça.

O fator da regionalização, também faz com que alguns temas sejam tratados com certa opinião, mesmo que de forma sutil. Na reportagem publicada no dia 22 de março, com o título “Deputados tentam atropelar Justiça na briga por royalties”, aborda-se a polêmica envolvendo a redistribuição dos Royalties no Brasil.

Como o jornal é do Espírito Santo – um dos Estados mais prejudicados com a lei – é aparente que a matéria trata os deputados federais defensores da lei como vilões – mesmo assim não os deixa de ouvi-los. A reportagem mostra que após a decisão da ministra Cármen Lúcia – de interromper a validade da lei -, quatro legisladores decidiram apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para tentar invalidar a decisão.

Cerca de metade da página mostra o que motivou essa atitude e ouve os autores da PEC. Um quarto de página ouve o outro lado, os deputados e o governador do Espírito Santo dizem que a proposta é um confronto ao Supremo. Por fim, o outro um quarto da página mostra o posicionamento do procurador geral do Estado, Rodrigo Júdice, que viu a liminar da ministra como sendo uma crítica ao congresso em tentar fazer valer uma lei que seria inconstitucional.

Apesar das descrições apresentadas, percebe-se que o Jornal tem uma preocupação em equilibrar o espaço concedido às várias pessoas citadas na notícia. Na reportagem sobre os gabinetes de deputados estaduais que ficam fechados na hora do expediente, foi concedido tamanho equivalente para todos os lados. Além do texto principal onde se relata a constatação, foi criada uma sub-matéria para apresentar a justificativa dos assessores e legisladores.

4.3 Editoria de Política da Revista Veja

Embora carregado de informação, seu texto é fortemente permeado pela opinião, construída principalmente por meio de adjetivos, advérbios e figuras de linguagem. Veja construiu, de si mesma, uma forte imagem de legitimidade para proferir saber – frente a um suposto não-saber dos leitores, da população em geral e, em certos momentos, das próprias fontes. (BENETTI, 2007, p.42)

A Revista Veja pertence a editora Abril e é a revista com maior tiragem do Brasil – supera um milhão de exemplares por semana. Ela foi fundada em 1968 e diz não adotar uma posição política, apesar de que muitos autores a considerem alinhada à



direita. Na própria edição de estreia publicou como manchete “O Grande Duelo no Mundo Comunista”, a qual trouxe a tona várias reportagens que mostravam a ruptura e fragilidade do sistema esquerdista ao redor do mundo.

Essa atitude permaneceu como uma constante ao longo da história da revista. Em 2005, por exemplo, diante do referendo nacional sobre o desarmamento, chegou a estampar a capa com a manchete: “7 Razões para votar Não: a proibição vai desarmar a população e fortalecer o arsenal dos bandidos”. Dentro do periódico, destacou várias páginas para defender apenas a visão da revista.

Atualmente, - apesar de trazer assuntos importantes relacionados à corrupção e questões sociais do país - ainda peca por não procurar os agentes envolvidos em polêmicas e não oferecer ao próprio leitor subsídio amplo para formar a opinião. Na edição 2.312, de 13 de março de 2013, faz duras críticas ao Partido dos Trabalhadores e ignora aqueles que são acusados pelos próprios redatores.

A reportagem “O Parkinson Burocrático” mostra o inchaço do hiperministério criado por Dilma e o compara com a teoria de Mister Parkinson, que relaciona tal atitude com interesses políticos – no caso do Brasil, às eleições presidenciais de 2014. O mote da reportagem foi o recém criado 39^a ministério, o da Micro e Pequena Empresa.

O texto é bastante opinativo. Seis páginas foram dedicadas para o tema. Somente na quarta lauda é dado espaço para especialistas e comentaristas políticos. Nas quatro primeiras folhas, a matéria mostra somente a visão do repórter contra a atitude do governo federal que transforma os ministérios em espaços de acordos políticos visando as eleições.

Chega a citar que a presidente Dilma Rousseff pretende criar uma coligação maior do que a concretizada em 2010. As considerações da reportagem, realmente são reflexivas. Porém, faltou ouvir o outro lado. Em uma reportagem que traz seis páginas de duras críticas a um político e seu partido – no caso o PT – deveria ter sido dedicado um espaço para a defesa dessa política por parte do executivo federal.

Hoje, por exemplo, a maior parte dos empregos no Brasil é gerada por pequenas empresas. Essa afirmação, que chegou a ser dita pela própria Ministra das Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvatti, durante uma entrevista no Bom Dia Espírito Santo, na Rede Globo em 12 de abril, serve como uma das justificativas para a criação do ministério. É apenas um exemplo que existe outro ponto de vista que merece ser destacado.



Na mesma edição da *Veja* também foi publicada uma reportagem com o título “A Maldição da Múmia”. A matéria traz um histórico da vida política de Hugo Chávez e demonstra claramente a posição de direita da revista.

Toda a trajetória de Chávez é contada como sendo um ditador, um homem que afundou a Venezuela na pobreza e alienou sua população. Relacionou o populista com outros socialistas, como Lênin, Stálin e Mao Tsé Tung. Um dos pontos mais críticos foi quando escreveu que Chávez foi bom só para o Partido dos Trabalhadores (PT).

Na mesma matéria também ressalta que a aliança mantida por Lula gerou recursos para patrocinar campanhas do PT, e os acordos sempre eram desvantajosos para o Brasil. A reportagem ouviu vários historiadores, sociólogos e políticos tanto do Brasil, quanto venezuelanos. Estranha-se que todos demonstraram opiniões contra o regime adotado por Chávez. Também foi feito um infográfico que contou todas as mentiras envolvendo as doenças do político. Em nenhum momento houve espaço para opiniões divergentes a da revista.

Outra reportagem publicada nesta edição foi “O Circo dos Royalties”. O objetivo era mostrar a reviravolta que a nova política da compensação pela exploração do petróleo está causando no cenário político nacional. Comenta as medidas emergenciais adotadas logo após a derrubada do veto presidencial, como a suspensão de pagamentos adotada pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

A jornalista chega a citar que “a grita de Cabral pode até fazer barulho, mas é inócua”. Uma “barrigada” jornalística que não deu certo, já que uma semana depois a Ministra Cármen Lúcia tirou a validade por tempo indeterminado da lei. A revista também publicou trechos que mostram a posição política editorial, como “só chegou a esse extremo pela frouxidão do governo federal na condução do tema no Congresso”.

São palavras e expressões que não são compatíveis com uma imprensa neutra e que busca esclarecer os fatos. Assim constata-se que na *Veja*, muitas matérias foram publicadas sem sequer ouvir o outro lado. Os jornalistas parecem assumir papéis de comentaristas e não primam pela busca da imparcialidade – um dos pilares para um jornalismo de qualidade.

Fica carente na revista um subsídio completo para o leitor formar opinião própria, já que para isso, ele precisa conhecer os vários lados da história. Entregar a opinião formada para quem busca se informar, pode ser considerado até antiético e fere os princípios do Código de Ética dos Jornalistas.



Benetti (2007) fez uma análise e constatou que o sarcasmo é o modo mais recorrente do texto irônico de Veja, pois lança mão do deboche explícito para imputar características desprezíveis a algo ou alguém. É assim que a revista trata o governo Lula, então presidente na época da publicação, em uma nota sobre uma licitação feita pela Presidência da República: “[...] serão comprados 152 chuveiros elétricos, sendo 132 deles ‘tipo maxiducha’. Deve ser suficiente para tirar toda a lama acumulada”.

O segundo tópico do artigo 14 do Código de Ética da profissão descreve que o jornalista deve tratar com respeito a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar. Já o décimo artigo, ressalta que o jornalista não deve frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate. São regulações que devem ser respeitadas – já que é o porto seguro da profissão diante de imprevistos e injustiças contra a imprensa – mas que passam despercebidas pelas páginas da revista de maior tiragem do país.

4.4 Editoria de Política do Site UOL

O UOL – Universo Online – está entre os dez sites mais visitados do Brasil segundo levantamento feito pela Alexa Analytics em 2013, ficando atrás apenas do Facebook, buscadores Google e Youtube. É um portal de notícias que foi fundado em 1996 e desde então oferece vários serviços, como e-mail, provedor de acesso, chats, conteúdo jornalístico, entre outros.

O proprietário do portal é o Grupo Folha. Por isso, é comum que muitas das notícias publicadas no site sejam provenientes do jornal Folha de São Paulo – o contrário também se aplica. Por se tratar de um site é de fácil percepção que as notícias divulgadas sejam curtas, de linguagem clara e que raras vezes precisam ser consultados grupos e pessoas citados.

No dia 20 de março de 2013, a matéria intitulada “Sessão da Comissão de Direitos Humanos é suspensa devido a protestos”, mostra que o presidente da comissão, Marco Feliciano, foi alvo de mais protestos contra sua representatividade na pasta. A reportagem fez uma cobertura superficial, limitando a contar os fatos, sem acusações. Não publicou depoimento de ninguém. Uma estratégia para evitar manifestação de posicionamento político.

Cinco dias depois outra matéria mostrou a declaração do candidato e atual presidente da Venezuela, Nicolás Maduro. Ele cita que “houve uma movimentação



internacional para “assassinar moralmente” o ex-líder venezuelano Hugo Chávez”. Para mostrar a reação do povo contra tal movimento, ele pede que a população saia às ruas.

A repórter elabora todo o texto baseado nas falas do candidato. Como o assunto é polêmico e para buscar a isenção do fato, tal atitude seria uma rota de fuga para evitar posicionamentos. Mesmo assim, para completar a reportagem, o ideal seria ouvir especialistas políticos para comentar a atitude do candidato, já que considerando o período eleitoral, poderia ser uma atitude para aproveitar a popularidade de Chávez para se eleger.

Em casos de temas onde há aparente divisão de opiniões, o site recorre a outras posições políticas. Em uma matéria publicada no dia 20 de março, ela descreve que quatro deputados federais protocolaram a proposta de emenda constitucional com o objetivo de derrubar a liminar da ministra Cármen Lúcia, que impediu a nova divisão dos royalties.

A reportagem ouve o grupo, que é a favor da nova divisão, mas também dá espaço para os principais prejudicados e que são contra tal medida. No caso, é representado por um deputado petista do Rio de Janeiro. Mesmo assim, percebe-se uma desproporcionalidade em relação a quantidade de fontes consultadas para cada lado.

Diante dessa análise, conclui-se que o portal UOL faz o uso da objetividade nas notícias de política. É uma prática comum considerando ser um veículo virtual, a qual os internautas buscam textos curtos e claros. Assim, problematizar um assunto poderia gerar textos longos, com a obrigação de procurar os agentes envolvidos na reportagem. Algo que iria contra a própria proposta da plataforma, que preza pelo curto espaço de tempo entre o fato e a divulgação da notícia no ambiente virtual.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dificuldade em se alcançar a imparcialidade plena se explica pelo fato de que ela não está só no texto da reportagem – o produto final -, mas também em seu processo de produção e pauta. Na própria seleção dos assuntos que vão preencher as páginas dos jornais, já é um considerado um processo de seleção – ou exclusão - de informações.

Não raramente, temas sociais de relevância não são publicados por motivo de factuais, eventos de grande porte ou mesmo influência do setor comercial no jornalismo. Há ainda o fato de que um profissional ou mesmo uma equipe, não consegue se isentar de valores que já estão inseridos no inconsciente pessoal.



Apesar das constatações, é um dever do profissional criar o hábito de uma busca permanente pela imparcialidade. É uma forma de minimizar favorecimentos e levar ao leitor uma informação verídica. Através das análises foi possível constatar que até veículos de circulação nacional ainda pecam por falhas graves do ponto de vista ético, como desconsiderar o outro lado ou mesmo ignorá-lo.

Discutimos em vários momentos o Código de Ética dos Jornalistas. Sua importância para os profissionais da área é indiscutível, pois une a classe em torno de direitos e deveres que respaldam o exercício da profissão. Mesmo assim, há casos de visíveis desrespeitos aos princípios constados na carta.

Para isso, vale destacar o conceito abordado por Coutinho (2004), que debate a verdade e a mostra como sendo indispensável no dia a dia jornalístico. Para narrar os fatos como realmente são, o repórter deve buscar a imparcialidade, ouvir os agentes envolvidos e construir com seriedade uma história de vários lados.

O outro lado não deve ser encarado como uma obrigação, de forma que evite processos e direitos de resposta, mas sim, como algo que represente uma vontade própria do jornalista em conhecer todas as informações contidas em um acontecimento, em síntese, a própria verdade.

Uma preocupação que se torna ainda mais necessária considerando as editorias de política, onde se travam disputas partidárias e jogos de interesses visando apoios populares e poder.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. . **A Modernização da Imprensa (1970 - 2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- BARBEIRO, H. LIMA, P. R. **Manual de Telejornalismo: os segredos da notícia em TV**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- BONISSONI, R.. **Direito de Resposta: uma análise após a ADPF N.º 130**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.
- CANELLAS, M.. **Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia**. In: CANELA, G. (org). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008. p. 104-114.
- COUTINHO, I. M. S. **O conceito de verdade e sua utilização no Jornalismo**. Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo. São Paulo, 2004.
- DAMACENA, J. B. **A Desconstrução da notícia: o mito da imparcialidade no Jornalismo**. Monografia para conclusão do curso de Jornalismo. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas. Brasília, 2007.
- DUARTE, J. **Assessoria de imprensa no Brasil**. In: (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GARCIA, L.. **Manual de redação e estilo de "O Globo"**. São Paulo: Globo, 1992.
- LEYSER, M. F. V. R. **Direito à liberdade de imprensa**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.



MEDINA, C. **Notícia, um produto a venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1988.

MIGUEL, L. F. ; BIROLI, F. **A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 73, p. 59-76, 2010.

MORETZSOHN, S. **"Profissionalismo" e "objetividade": o jornalismo na contramão da política**. In: IX Compós, 2000.

Wikipédia, **Grupo Folha**. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_Folha>. Acesso em 16/04/2013.